PARECER N° /2015

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE LEI N° 15/2015

AUTOR: PREFEITO DELVITO ALVES

RELATORA: VEREADORA ANDRÉA MACHADO

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei n° 15/2015 é de iniciativa do Prefeito de Unaí, que busca, por meio dele, autorização legislativa para promover a desafetação e a alienação, por intermédio da modalidade doação, de uma área pública em favor da Associação Noroeste Mineiro de Estudos e Combate ao Câncer – Anmecc, a fim de que essa área seja membrada ao imóvel doado por meio das Leis Municipais n.ºs 2.608/2009, 2.640/2010 e 2.733/2011, para permitir a construção e implantação do Hospital do Câncer do Noroeste Mineiro.

2. O imóvel em questão é pertencente ao município de Unaí (MG), identificado como Área Verde n.º 7, situada na Rua Bélgica, no Bairro Riviera Park, em Unaí (MG), com 442,13m² (quatrocentos e quarenta e dois metros e treze centímetros quadrados), registrado sob a Matrícula n.º 20.690 no Cartório de Registro de Imóveis de Unaí (MG).

3. Fez-se acompanhar, da matéria em questão, de toda a documentação concernente ao processo de doação.

4. Recebido e publicado em 12 de março de 2015, o projeto sob comento foi distribuído à Douta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, na qual recebeu parecer e votação favoráveis a sua aprovação.

5. Em seguida, a matéria foi distribuída nesta Comissão, que me designou relator da proposição, para exame e parecer nos termos regimentais.

6. É o relatório. Passa-se à fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

7. A competência desta Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, para apreciar a matéria em questão, encontra-se inserida no art. 102, II, “f”, da Resolução nº 195/92, que assim dispõe:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

(...)

II - à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas:

(...)

f) licitação e contratação, em todas as modalidades, e alienação de bens imóveis;
(grifou-se)

(...)

8. A alienação dos bens municipais por meio da modalidade doação está disciplinada no art. 25, I, “a” da Lei Orgânica e conforme as normas estabelecidas na regulamentação baixada pela Lei Municipal nº 1.466/93, em seu art. 5º, sendo concedida às entidades de direito público ou privado, com o objetivo de incentivar construções e atividades particulares de interesse da coletividade. O parágrafo único do art. 5º prevê, ainda, que caso o donatário não for entidade de direito público, que é o caso da Anmecc, deverá constar obrigatoriamente da lei e da escritura pública os encargos correspondentes à doação, o prazo para o seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato.

9. Adita-se que toda alienação de bens imóveis municipais será sempre precedida de avaliação e dependerá de autorização legislativa e concorrência (*Art. 2º da Lei n.º 1.466/93*). Esta dispensável no caso de doação (*Art. 2º, I, da Lei n.º 1.466/93*). Além disso, o imóvel também deverá estar desafetado (§ *Único do Art. 3º da Lei n.º 1.466/93*).

10. Logo, a doação do imóvel em tela poderá ser realizada à Anmecc desde que observado os seguintes requisitos: i) autorização legislativa; ii) avaliação do imóvel; iii) desafetação; iv) ter por objetivo incentivar construções e atividades particulares de interesse coletivo; e v) constar na lei e na escritura pública os encargos correspondentes à doação, o prazo para o seu cumprimento e a cláusula de retrocessão.

11. Analisando o processo constata-se que o Sr. Prefeito cumpriu todos os requisitos legais exigidos para realizar a presente doação, haja vista que ele solicitou a referida autorização legislativa para desafetar e doar o imóvel em questão; realizou a avaliação, conforme Laudo de fl.14; o objetivo da doação visa o interesse coletivo, porquanto a construção do Hospital do Câncer do Noroeste Mineiro irá beneficiar toda a população dessa região (*Art. 3º*); e constou no texto do presente projeto os encargos correspondentes à doação (*Art. 5º*), o prazo para o seu cumprimento e a cláusula de retrocessão (*Art. 4º*).

12. Sob os aspectos de ordem financeira e orçamentária, observa-se que a matéria, uma vez aprovada, não representa despesas para o erário nem acarreta repercussão na Lei Orçamentária vigente.

13. Já sob o aspecto patrimonial, constata-se que o patrimônio municipal sofrerá uma variação independente da execução orçamentária, denominada de insubsistência do ativo, que acarretará um decréscimo patrimonial no valor de mercado do imóvel, ou seja, R\$ 30.949,10 (trinta mil novecentos e quarenta e nove reais e dez centavos) (*Laudo de Avaliação de fl. 14*). Entretanto, conforme explicitado acima, a matéria em questão tem previsão legal.

14. Vale ressaltar que, em contrapartida a esse decréscimo patrimonial, a população unaiense será beneficiada com a construção de um Hospital do Câncer neste Município.

15. Destarte, considerando os aspectos legais, financeiros e orçamentários aqui analisados, conclui-se que a matéria em destaque merece a acolhida dos Nobres Pares deste Poder.

3. CONCLUSÃO

16. Ante o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 15/2015.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 1º de abril de 2015.

VEREADORA ANDRÉA MACHADO
Relatora Designada